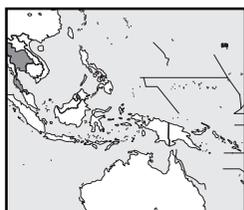


Nas mãos do capital transnacional

RANEE HASSARUNGSEE¹



As lições aprendidas com o colapso econômico de 1997 recomendam que a Tailândia se proteja dos riscos dos fluxos de capital e das flutuações internacionais da moeda, impondo controles estritos sobre as transações de capital de curto prazo e adotando medidas para minimizar a imprevisibilidade dos investimentos internacionais.

A dívida pública da Tailândia está em US\$ 64,9 bilhões ou 56% do PIB nacional. Essa dívida compreende US\$ 27,3 bilhões de empréstimos diretos do governo, US\$ 20,7 bilhões de empréstimos garantidos e não garantidos para as empresas estatais e US\$ 17 bilhões de dívida contraída pelo Fundo de Desenvolvimento das Instituições Financeiras.² Essas cifras não incluem as atividades de incentivo econômico do governo, nem os programas públicos de ajuda à geração de renda e emprego.

O desemprego está crescendo e, de acordo com pesquisa de fevereiro de 2001 do Instituto Nacional de Estatística, a força de trabalho na região Nordeste – a área mais pobre do país – compreendia 10 milhões 645 mil 761 pessoas, das quais 917 mil 317 estavam desempregadas, o que representa 8,6%, em comparação com 7,2% no ano 2000. A média nacional do desemprego era de 4,8%.³

Em decorrência da crise econômica, o número de pessoas pobres no país cresceu para 16%, ou seja, o correspondente a 10 milhões de pessoas. Segundo a classificação do Banco Mundial, é considerada pobre uma pessoa tailandesa com renda mensal inferior a US\$ 20, ou diária inferior a US\$ 0,75. Muitas das pessoas pobres pertencem a famílias pequenas e médias de agricultores, cujo chefes de família têm baixo nível de escolaridade e carecem de terra. Sessenta e seis por cento dos pobres vivem na região Nordeste.⁴

Os impactos nacionais e globais da crise econômica de 1997 são complexos, e a melhoria da economia vai exigir ações em muitas frentes. Economistas renomados vêm propondo mudanças no sistema macroeconômico do país.⁵ Wiraphong Ramangkul, ex-vice-primeiro-ministro e ministro da Fazenda, sugere que a Tailândia se proteja dos perigos dos fluxos de capitais e da flutuação internacional da moeda – principais responsáveis pelo colapso econômico de 1997. Rangsan Thanaphornphan, da Faculdade de Economia da Universidade de Thammasat, recomenda a reversão da liberalização financeira, a imposição de controles estritos sobre as transações de capital de curto prazo e medidas para minimizar a imprevisibilidade dos investimentos internacionais.

Sem recursos e voz

O professor Nidhi lawsriwong, da Universidade de Midnight (Fórum de Educação Popular), analisou o fenômeno da pobreza crescente e concluiu que sua causa principal é a falta de acesso aos recursos necessários para a vida cotidiana. Dois fatores contribuem para essa privação:⁶

- o governo administra a distribuição dos recursos naturais e sua preocupação principal é o lucro, e não a melhoria do padrão de vida. O governo permite a exploração dos recursos naturais por aqueles/as que podem conseguir grandes lucros. Surpreendentemente, preferem deixar a terra sem produzir, para fins especulativos, do que plantar mandioca. Do ponto de vista do mercado, os US\$ 11,30 de lucros obtidos com o cultivo da mandioca em um raí (6,25 raís equivalem a um hectare) de terra são insignificantes se comparados com os milhões que podem ser ganhos na especulação com a mesma terra;

1 Este artigo foi baseado em informações e dados fornecidos por membros do *Social Agenda Working Group* (Grupo de Trabalho da Agenda Social), Tailândia, e escrito por Rane Hassarungsee do *Focus on the Global South (Focus)*. Foi traduzido por Suntaree Kiatiprajuk do *Thai Development Support Committee* (Comitê Tailandês de Apoio ao Desenvolvimento – TDSC).

2 Anuj Arbhahiro, Thailand Trend Project, 10º relatório sobre “Communications: Attempted Search for Public Media (July-September)”, Fundo de Pesquisa da Tailândia, 2001.

3 Amara Pongsapich *et alii*, “A New Paradigm on Social Development”, apresentação feita na conferência anual “1997: Thailand’s Turning Point”, Centro de Economia Política, novembro de 2001.

4 *The Matichon Daily* de 20 de novembro de 2001.

5 Kasian Techaphira. “An economic salvation proposal: readjustment and review of globalisation hegemony”. In: *The Matichon Daily* de 11 de novembro de 2000, p. 6.

6 Grupo de trabalho da Agenda Social, Tailândia, Universidade de Midnight, Assembléia dos Pobres e Fundação Komol Keemthong, arquivo de informações sobre o primeiro fórum de discussão sobre a “Erradicação da pobreza: como corrigir a estrutura”, realizado na Universidade de Thammasat, Bangcoc, em 27 de abril de 2001.

- sem recursos, as pessoas pobres perdem seu poder de barganha. Não têm acesso adequado ao processo de decisão política para melhorar sua situação. Os recursos modernos, como a mídia, também estão relativamente fora de seu alcance. Para conseguir a atenção da mídia, essa parcela da população tem que chegar à beira da violência ou da delinquência. Suas propostas despertam menos interesse do que suas manifestações públicas ou suicídios.

Conseguir uma audiência pública é um recurso político fora do alcance das pessoas pobres. Elas também não podem participar de partidos políticos ou de campanhas, que lhes garantiriam alguma influência. No entanto, Nidhi é otimista, esperando que as organizações políticas populares obtenham melhores resultados quando as pessoas pobres forem mais capazes de ajustar sua própria cultura e forma de se relacionar às organizações políticas modernas.

A pobreza atual não é mais um problema individual, mas uma deformação das estruturas econômicas, políticas e sociais. Em geral, o público é levado a crer que a única solução para a pobreza é o desenvolvimento econômico e a economia do “efeito cascata”^{NT} – uma teoria ultrapassada, que tem sido reforçada através das escolas, da mídia e dos discursos políticos. Como foi sugerido pelo professor Saneh Chamarik, presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos, o povo tailandês precisa superar a dependência dos estrangeiros e dos mercados para adotar uma distribuição equitativa dos recursos em todos os setores da sociedade.

Proteção já

Cada vez mais, a população tailandesa tem exigido proteção contra os efeitos negativos da globalização. Em 9 de novembro de 2001, no primeiro dia das reuniões da OMC no Catar, a Rede de Agricultura Alternativa e outros grupos – incluindo uma rede sobre a Aids, organizações sindicais e a Rede Nordestina de Conhecimento Local para a Auto-Suficiência – organizaram manifestações de protesto em frente à embaixada norte-americana.

Aparentemente, os EUA haviam pressionado a OMC para que concordasse com o patenteamento de formas de vida e dos medicamentos. Essas manobras vão aumentar o preço dos medicamentos porque a indústria farmacêutica irá patentear novos remédios essenciais, como os coquetéis antivírus. O acordo impediria que a Organização Produtora de Medicamentos da Tailândia e as indústrias farmacêuticas privadas importassem matérias-primas para a produção de medicamentos genéricos.

Outra preocupação é a biopirataria e o direito de propriedade sobre o arroz jasmim. O “Programa gradual para melhorar o arroz jasmim dos EUA”, apoiado financeiramente pelo Departamento de Agricultura dos EUA, obteve as sementes do arroz Khao Doc Mali 105 do Instituto Internacional de Pesquisa do Arroz (IRRI,

na sigla em inglês) e as tratou com raios gama para criar uma nova variedade, com maturação precoce e plantas mais baixas.

Essa nova variedade de arroz mantém a suavidade e a fragrância originais e poderá ser cultivada nas condições climáticas dos EUA. Embora o sucesso do projeto não esteja assegurado, há preocupação de que a nova variedade de arroz jasmim possa ter um impacto negativo na Tailândia. Uma preocupação especial são as consequências de patentear a nova variedade ou registrá-la para fins de proteção dos direitos de propriedade de acordo com a Lei de Proteção das Variedades de Plantas.

O professor Chamarik advertiu o povo tailandês sobre as possíveis ameaças:

“neste momento, a Tailândia, como uma base de recursos do Sudeste Asiático, corre um grave risco que poderá afetar negativamente um grande número de pessoas. A liberalização das finanças e do comércio não é nada mais do que a liberalização do acesso à nossa diversidade biológica. Nos próximos dez anos, os computadores e automóveis passarão a segundo plano na arena econômica. Alimentos e medicamentos serão os atores principais, não somente porque podem instaurar um monopólio do lucro, como também porque irão controlar os corpos e as mentes da população mundial”.

A Rede Nordestina de Conhecimento Local para a Auto-Suficiência afirmou que, depois de abrir-se ao imperialismo colonialista ocidental, disfarçado de comércio capitalista liberal, e depois de 40 anos sob a direção dos *Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico e Social*, a Tailândia continua sob o controle absoluto do “capital transnacional e do livre comércio”. Os principais defensores da hegemonia da globalização são organizações supranacionais, como FMI, Banco Mundial, OMC e Banco Asiático de Desenvolvimento.

Os países industrializados do G-8 dirigem essas organizações, e seu único objetivo parece ser transformar todas as coisas do mundo em mercadorias que possam ser livremente comercializadas. Se esse objetivo for alcançado, as comunidades locais sofrerão sérios danos, tais como:

- a forma de vida agrária, a cultura e as tradições locais chegarão ao fim;
- a degradação e exaustão dos recursos naturais nas comunidades locais vão continuar e serão intensificados os conflitos entre o governo e o setor privado, de um lado, e as comunidades locais, de outro;
- a participação direta do povo na política democrática será desestimulada;
- surgirão sistemas macro e microeconômicos que não terão sensibilidade para as práticas comunitárias;
- os estilos de vida e a sabedoria local serão absorvidos pela educação centralizada que defende as metas capitalistas;
- o tratamento ocidentalizado das doenças, que depende completamente dos sistemas de saúde estrangeiros e da alta tecnologia, irão ignorar e arruinar os sistemas de saúde comunitários e a sabedoria social.

NT *Trickle-down economics* – teoria segundo a qual o crescimento econômico será atingido quando se permitir o florescimento dos negócios, deixando a prosperidade *escorrer* para a população de baixa e média renda.

Verso e reverso

A luta para proteger o direito à auto-suficiência é um lado da moeda; a criação de alternativas à globalização, o outro. A Rede de Agricultura Alternativa, baseada nas Regiões Nordeste, Central e Sul, tem tido sucesso em obter e transferir técnicas de agricultura sustentável aos/as pequenos/as agricultores/as. Sua proposta de agricultura sustentável tem sido aceita pelos/as agricultores/as comunitários/as. Também foi incorporada ao Oitavo Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (1997-2001), como diretriz fundamental para reestruturar a pequena produção agrícola, as comunidades e a sociedade.

O Plano estipula ainda que 20% do total de terras agrícolas, cerca de 25 milhões de rais (4 milhões de hectares), devem ser reservados para a agricultura sustentável. Nessas áreas, o público tem direito de participar do desenvolvimento dos sistemas agrícolas e da conservação e recuperação dos recursos naturais.

A Rede de Agricultura Alternativa continua a monitorar o governo e outras agências e a defender as práticas da agricultura sustentável. A Rede concluiu que muitas dessas práticas tinham pouquíssima substância para gerar mudanças reais. Na sua participação na manifestação de 99 dias da Assembléia dos Pobres (de 25 de janeiro a 2 de maio de 1997), a Rede solicitou veementemente que o governo de Chavalit revisse as atividades do Ministério da Agricultura e demais órgãos correlatos.

Também propôs ao governo um plano-piloto para o desenvolvimento da agricultura sustentável dos/as pequenos/as agricultores/as, oferecendo uma variedade de padrões agrícolas que estão adaptados a distintas condições ecológicas e culturas comunitárias. O projeto também propor-

cionava quadros organizativos e administração pelas organizações de agricultores/as e da comunidade, para que pudessem ser modelos de desenvolvimento da agricultura sustentável em escala nacional.

As exigências e pressões da Assembléia resultaram na aprovação do projeto-piloto pelo Gabinete em 18 de março de 1997, abrindo caminho para sua implementação. A Rede elaborou, então, planos operacionais e orçamentos detalhados para a análise do governo e das agências pertinentes. Porém, a crise econômica provocou a renúncia do governo Chavalit em 4 novembro de 1997, e o projeto-piloto foi devolvido ao Ministério da Agricultura.

A Rede e a Assembléia insistiram muitas vezes com o novo governo de coalisão de Chuan Leekpai para que reconsiderasse o projeto-piloto. A administração de Leekpai, finalmente, deu a aprovação de seu Gabinete em 30 de março de 2000, tendo concordado, em princípio, e aprovado a aplicação do "Projeto-Piloto 2001-2003 para o Desenvolvimento Agrícola Sustentável dos Pequenos Agricultores", com um orçamento de US\$ 14,3 milhões.

O projeto está dirigido a 27.100 rais (4.336 hectares) de terras agrícolas e áreas costeiras ao longo dos 116,4 km da Baía de Pattani. Em geral, as áreas estão situadas em 19 zonas ecológicas: 9 no Nordeste, 4 no Norte e no Sul, e 2 na Região Central. Os grupos-alvo do projeto incluem 3.670 famílias, que vivem em planícies, planaltos e montanhas, e 3.535 famílias de pescadores.

O projeto-piloto é resultado de uma luta longa de muitas organizações. O governo deve apoiar e promover ativamente esse tipo de iniciativa popular de longo prazo rumo à meta do desenvolvimento sustentável. ■

Social Agenda Working Group (Grupo de Trabalho da Agenda Social)
Focus on the Global South (Focus)
<ranee@focusweb.org>